

A Ordem Mundial muito além da polaridade | Carta semanal 43 (2026)



Lao Tongli (China), *In and Out of the Clouds No. 13*, 2025.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Durante três décadas após o colapso da União Soviética, um fluxo constante de publicações e notícias nos dizia que o mundo havia adquirido um único centro: os Estados Unidos. Com o fim da Guerra Fria, o presidente George H. W. Bush falou, em 1990, de uma “nova ordem mundial”. Nessa ordem emergente, Washington determinaria os limites da política aceitável, suas forças armadas policiariam esses limites e suas instituições financeiras prescreveriam as políticas econômicas dos países cuja independência havia sido conquistada por meio de lutas árduas. As grandes disputas ideológicas da história haviam chegado ao fim, diziam, e a expressão “momento unipolar” conferia a essa configuração a aparência de um fato histórico. Por trás disso, havia uma reivindicação política: o socialismo e o comunismo haviam se tornado anacrônicos, e o modelo estadunidense de capitalismo liberal era o único futuro viável.

Hoje, essa reivindicação perdeu grande parte de sua credibilidade, à medida que a capacidade de Washington de comandar o mundo se deteriorou em algumas áreas e encontrou forte resistência em outras. No Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, nos baseamos na estrutura dos “cinco monopólios do centro” de Samir Amin, apresentada em sua obra *Capitalismo na era da globalização* (1997): tecnologia, finanças globais, acesso a recursos naturais, comunicações e mídia internacionais e meios de destruição em massa. Com base nessa estrutura, constatamos que os Estados Unidos e seus aliados enfrentam desafios substanciais à sua dominância sobre matérias-primas, finanças e ciência e tecnologia, enquanto sua supremacia em poder militar e informação permanece muito mais consolidada. Essa erosão do poder liderado pelos EUA em três desses domínios reflete, em grande parte, o avanço industrial e tecnológico da China, a resiliência de países sujeitos a sanções ocidentais e outras formas de coerção, e uma nova tendência no Sul Global em favor do desenvolvimento soberano. A expansão do BRICS+, por mais complexa que seja, reflete o desejo de ampliar as possibilidades disponíveis aos países nos quais as potências coloniais e neocoloniais há muito relegaram a uma posição subordinada.



O enfraquecimento do poder de Washington revitalizou um termo – multipolaridade – para descrever essas mudanças. A possibilidade de que nenhum Estado isolado seja capaz de determinar o futuro do mundo é real, mas a aspiração por um mundo multipolar não deve substituir a análise. Nosso novo dossiê, ***Para além da polaridade: por uma teoria marxista da ordem mundial*** (outubro de 2026), começa com essa advertência, nos convidando a olhar além do mapa mutável do poder mundial e examinar as relações sociais que mantêm o sistema coeso. Questiona como a produção e a tecnologia, a acumulação de capital, as relações e lutas de classe

e as regras que governam o comércio e as finanças internacionais moldam o poder dentro e entre os Estados. Em conjunto, essas dinâmicas revelam dimensões do sistema mundial que a linguagem da polaridade não consegue explicar adequadamente. Elas também trazem à tona continuidades de poder que uma estrutura centrada no Estado obscurece.

Certamente, o centro de gravidade da economia mundial **deslocou-se** para a Ásia, com a China em seu epicentro. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos e seus aliados da Otan mantêm uma arquitetura militar **hiperimperialista** por meio de uma extensa rede de bases e alianças, enquanto o **dólar** permanece central para as finanças globais. Apesar de todas essas mudanças, a redistribuição do peso econômico entre os países não trouxe uma redistribuição correspondente do poder corporativo. Em 31 de março de 2026, dez das maiores empresas de capital aberto do mundo – oito com sede nos Estados Unidos – juntas **representavam** aproximadamente um sexto da capitalização do mercado de ações global: Nvidia, Apple, Alphabet, Microsoft, Amazon, Saudi Aramco, Broadcom, Meta, TSMC e Tesla. O **ranking de 2025** da Organização das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) das empresas multinacionais não financeiras por ativos estrangeiros, baseado em dados de 2024, revela uma história igualmente impressionante: as dez primeiras colocadas tinham sede nos Estados Unidos, na Europa Ocidental ou no Japão: Shell (Reino Unido), Toyota (Japão), Volkswagen (Alemanha), TotalEnergies (França), Deutsche Telekom (Alemanha), BP (Reino Unido), Stellantis (Países Baixos), Microsoft (Estados Unidos), Exxon Mobil (Estados Unidos) e Anheuser-Busch InBev (Bélgica). A produção e as exportações de um país podem aumentar enquanto suas empresas permanecem dependentes de tecnologias que não controlam e de redes comerciais cujos termos não podem definir.



Andrés Curruchich Cúmez (Guatemala), *Praça Comalapa*, s.d.

As empresas não exercem o seu poder num espaço vazio de Estados, uma vez que dependem do investimento e infraestruturas públicas, de tribunais que fazem valer as suas reivindicações de propriedade e de governos que defendem os seus interesses – por vezes com força armada. O capital atravessa fronteiras por meio de acordos sustentados pela autoridade política. O capital internacional está inserido nas relações de classe internas, com setores da classe dominante a lucrar com acordos que subordinam as suas sociedades ao capital estrangeiro e restringem o desenvolvimento soberano. A luta contra o imperialismo atravessa, portanto, cada sociedade, bem como entre Estados.

A persistência do poder corporativo é reforçada por uma estrutura institucional internacional que não foi refeita para servir as aspirações do mundo anteriormente colonizado. O Fundo Monetário Internacional distribui o poder de voto por um sistema ponderado ligado a quotas, em vez de votos iguais para os países membros. O próprio **relato do FMI** sobre a sua governação torna explícita esta estrutura ponderada. Um **cálculo** realizado pelo nosso instituto com base nas quotas de voto do FMI e em dados populacionais concluiu que, per capita, o Norte Global tem nove vezes mais poder de voto do que o Sul Global. As mudanças na economia mundial não produziram uma transferência correspondente de autoridade para os povos cujo trabalho e recursos sustentam a

economia global.



Alfredo Guttero (Argentina), *Elevadores*, 1928.

O Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (**TRIPS**, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio exige que os Estados-membros mantenham padrões mínimos de proteção para patentes e outros direitos de propriedade intelectual. Embora o acordo contenha flexibilidades, a internacionalização dessas proteções confere às reivindicações de propriedade intelectual corporativa um alcance jurídico transnacional que os países mais pobres não possuem para atender às suas necessidades de desenvolvimento. O acesso à tecnologia continua sendo moldado por regras que protegem a propriedade e a arrecadação de rendas. Tais instituições reproduzem desigualdades herdadas do colonialismo dentro dos procedimentos que regem os Estados formalmente independentes.

Este é o cerne do nosso dossiê. Um enfraquecimento da capacidade de Washington de impor sua vontade pode criar oportunidades valiosas, mas essas oportunidades não dissolvem automaticamente os monopólios corporativos ou os arranjos institucionais que reproduzem a dependência neocolonial. Tampouco a cooperação

entre países que resistem à pressão dos EUA significa que essas nações compartilham o mesmo caráter social. Suas formas de propriedade, seus sistemas de planejamento e o equilíbrio entre as forças populares e as classes dominantes permanecem decisivos. Devemos nos perguntar o que uma determinada afirmação de soberania torna possível e quem adquire o poder de usar essa possibilidade. A recuperação do espaço político nacional e a criação de regras internacionais capazes de restringir o poder corporativo fazem parte da mesma luta.



George Lilanga (Tanzania), *Mjini Watu Wnachata Maji Kakika Teki* (Na cidade, as pessoas estão coletando água da torneira), 2002.

Há aqui uma história que vale a pena resgatar. Em 1974, enquanto os países do Terceiro Mundo avançavam na demanda por uma Nova Ordem Econômica Internacional, as Nações Unidas **estabeleceram** o Centro sobre Empresas Transnacionais (UNCTC) e, mais tarde naquele mesmo ano, a Comissão sobre Empresas Transnacionais. Juntos, esses órgãos ajudaram a tornar o poder corporativo objeto de escrutínio internacional. O UNCTC coletava informações, pesquisava a atividade corporativa, realizava análises de políticas e fornecia assistência técnica aos governos. Os países que negociavam com grandes corporações precisavam de conhecimento e capacidade institucional para transformar a independência formal em soberania econômica.

Em 1976, a Comissão **iniciou** os trabalhos para a elaboração de um Código de Conduta das Nações Unidas sobre Empresas Transnacionais. Seu escopo ia muito além de apelos à responsabilidade corporativa voluntária. A minuta abordava o respeito corporativo pela soberania nacional e pelos objetivos de desenvolvimento dos países anfitriões, a não interferência em seus assuntos políticos, a tributação e os preços de transferência, a transferência de tecnologia, a divulgação de informações, as condições de trabalho e a proteção ambiental. Também abordava como os Estados deveriam tratar as empresas transnacionais. As negociações giraram em torno das regras que deveriam reger uma relação marcada por profunda desigualdade, incluindo se as obrigações do Código seriam vinculativas ou voluntárias.



J.P. Mika (DR Congo), *Felicidade e alegria*, 2014.

A visão política continua sendo vital. Uma corporação pode organizar suas atividades de acordo com uma estratégia comum em diversos países, enquanto os governos que tentam regulamentá-la permanecem divididos por fronteiras e pelo acesso desigual à informação. A cooperação entre esses governos pode reduzir a capacidade da corporação de explorar essas divisões. Requisitos de divulgação podem tornar suas operações mais transparentes, regras tributárias coordenadas podem proteger as receitas públicas e acordos de transferência de tecnologia podem apoiar o desenvolvimento de capacidades nacionais. A independência econômica exige instituições capazes de confrontar a organização internacional do capital.

O Código nunca foi adotado. As negociações se estenderam pela década de 1980 e terminaram no início da década de 1990 sem acordo. A oposição de poderosos interesses corporativos e dos Estados ocidentais coincidiu com a crise da dívida e o enfraquecimento da posição de negociação do Terceiro Mundo. A virada neoliberal também remodelou a estrutura institucional na qual esse trabalho havia sido realizado. Em 1992, o programa da ONU sobre empresas transnacionais foi transferido da UNCTC para o Departamento de Desenvolvimento Econômico e Social e, em 1993, para a Unctad. Pesquisas importantes **continuaram**, mas a não adoção do Código representou um retrocesso na tentativa de estabelecer uma estrutura internacional abrangente para a conduta corporativa.



Fauzi Satyaputra (Indonésia), *Rumo ao fim do perdão*, 2018.

O trabalho da UNCTC oferece uma lição: a cooperação internacional pode ser usada para disciplinar o capital. Uma agenda para hoje necessitaria de obrigações aplicáveis em matéria de tributação, trabalho, responsabilidade empresarial, acesso à tecnologia e reparação ecológica, juntamente com um quadro de dívida que permita o desenvolvimento dos países. Os trabalhadores, os camponeses e as comunidades afetadas também precisariam ajudar a moldar a agenda e exigir a sua implementação.

A promessa de uma ordem mundial em mudança será medida nas vidas das pessoas. Um agricultor pode reter a riqueza da colheita? Um trabalhador pode influenciar as condições de produção? Um país pode transformar os

seus recursos em escolas, hospitais e capacidade produtiva? O projeto inacabado de construção de instituições internacionais capazes de disciplinar o capital nos lembra o quanto ainda falta fazer antes que uma mudança entre Estados poderosos possa tornar-se uma transferência de poder para o povo.

Cordialmente,

Vijay